

A Inquisição protestante

Max Botelho

Graduado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

Resumo: A Igreja Católica criou o Tribunal do Santo Ofício, também chamado de Tribunal da Inquisição, com o objetivo de julgar os crimes contra a fé. O referido tribunal foi responsável pela tortura, excomunhão, confisco de bens, humilhações públicas e pela morte de milhares de inocentes em todo o mundo. Qualquer um que contestasse os dogmas impostos pela Santa Sé estava sujeito às mais terríveis arbitrariedades. Teria sido a prática inquisitorial uma exclusividade católica? Outras facções do cristianismo seguiram o exemplo da Santa Madre Igreja? É o que procuraremos responder no presente artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e utilizando ainda como metodologia um esforço interpretativo possibilitado por estas fontes. O cristianismo, quase sempre, assumiu uma postura supressora da liberdade de pensamento que pudesse abalar minimamente que fosse a estrutura social vigente. Os reformadores protestantes bradaram pela liberdade de consciência e pela livre interpretação das Escrituras; no entanto, ao alcançarem o poder, replicaram o mesmo proceder católico.

Palavras-chave: religião; Inquisição; Reforma Protestante.

Abstract: The Catholic Church created the tribunal of the Holy Office, also called the Tribunal of Inquisition, aiming at judging the crimes against faith. The referred tribunal was responsible for the torture, excommunication, confiscation of goods, public humiliations and for the death of thousands of innocents in the whole world. Anyone who contested the dogmas imposed by the Holy See would be subjected to the most terrible arbitrariness. Would the inquisitorial practice be an exclusiveness of the Catholic Church? Would other groups of Christianity follow the example of the Holy Church? This is what we try to answer with the present paper, considering a bibliographic research, and using as a method an interpretative effort turned possible by these sources. Christianity has almost always assumed a posture that refuses the freedom of speech that could minimally weaken the established social structure. The protestant reformers claimed for the freedom of conscience and for the free interpretation of the Scriptures; however, when they reached the power, they replied the same Catholic procedure.

Keywords: religion; Inquisition; Protestant Reformation.

1. A Inquisição protestante

A prática inquisitorial não foi uma exclusividade da Igreja Católica. Os protestantes, que a princípio clamavam pela liberdade religiosa, foram tão cruéis e intolerantes quanto os católicos, reproduzindo as mesmas sevícias de que foram vítimas: o estalar

do chicote e as labaredas da pira eclesiástica.

João Calvino (1509-1564), reformador francês refugiado na Suíça e inspirador do presbiterianismo, defendeu com mãos de ferro as suas ideias. Sua doutrina tornou-se lei e aquele que ousasse levantar a mais leve objeção sobre ela sem demora conheceria o cárcere, o exílio ou a fogueira. Miguel Servet, sobre o qual falaremos mais tarde, foi um dos que conheceram a fúria calvinista.

Stefan Zweig (1953 e 1956), um dos mais renomados escritores austríacos, revela-nos, de maneira magistral, o processo de formação das lideranças religiosas que se enveredam pelos caminhos da tirania.

Em sua concepção, a grande massa, face à multiplicidade de problemas e à complexidade da vida, anseia pela mecanização do mundo por meio de um sistema definitivo, que sirva para todos e dispense todo o trabalho de pensar. Esse anseio, latente nas massas, constitui o verdadeiro fermento que prepara o terreno para todos os profetas sociais e religiosos. Basta que um homem, provido de magnetismo, declare enfaticamente que somente ele achou ou descobriu a nova fórmula de supressão das mazelas terrestres ou o caminho para a salvação eterna, para que imediatamente a confiança de milhares se volte para o pretense redentor do povo ou do mundo.

Esse salvador consegue disseminar uma ilusão de unidade e pureza à humanidade e logo milhões de indivíduos estarão dispostos a se deixarem dominar e a sacrificarem a própria liberdade de pensar e agir. Foi assim na gênese de todas as religiões e não foi diferente com os reformadores Calvino e Lutero.

Calvino era uma pessoa soturna, vestia-se de preto em todas as ocasiões. Não se permitia nenhum lazer, mantendo o corpo sob rígida disciplina, concedendo-lhe o mínimo de alimentação e de repouso. Dormia no máximo quatro horas e tinha apenas uma frugal refeição diária. Nada de passeio, diversão, alegria ou qualquer tipo de recreação. Era um fanático com dedicação exclusiva à vida espiritual.

Sua pregação, a princípio supostamente libertária, logo se revestiu da mais completa intolerância a tudo aquilo que não estivesse contido em sua doutrina. Através do terror conseguiu impor uma rígida disciplina moral e religiosa a todos os habitantes de Genebra, utilizando a prisão, a tortura, a execução, o exílio e a excomunhão como práticas persecutórias, isto é, reproduziu com esmero os procedimentos inquisitoriais católicos.

Nos cinco primeiros anos de dominação calvinista, treze pessoas foram enforcadas; dez foram decapitadas; trinta e cinco queimadas vivas e setenta e seis exiladas (ZWEIG, 1956). As excomunhões, por sua vez, subiram de oitenta no quadriênio 1551-1554 para cerca de trezentas só no ano de 1559 (SEFFNER, 1993).

Observe que a excomunhão, numa época em que a vida era inteiramente dominada pelos rituais religiosos, era um ato de extrema violência contra o fiel, uma vez que não havia a menor possibilidade da existência fora do coletivismo cristão. O indivíduo era visto como parte de um rebanho, fora dele não era nada, tornava-se um pária social.

O ritual de excomunhão era sinistro e tinha a intenção de amedrontar e amaldiçoar o pobre infeliz que ousara questionar alguma imposição dogmática. A cerimônia era respaldada pela Palavra Revelada, mais precisamente *Levítico 26:14-45* e *Deuterônimo 28:15-53*, onde se lê:

Será, porém, que, se não deres ouvidos à voz do Senhor, teu Deus, não cuidando em cumprir todos os seus mandamentos e os seus estatutos que, hoje, te ordeno, então, virão todas estas maldições sobre ti e te alcançarão: Maldito serás tu na cidade e maldito serás no campo. [...] Maldito o fruto do teu ventre, e o fruto da tua terra, e as crias das tuas vacas e das tuas ovelhas. Maldito serás ao entrares e maldito ao saíres. O Senhor te ferirá com úlceras malignas nos joelhos e nas pernas, das quais não te possas curar, desde a planta do pé até ao alto da cabeça [...].

1.1. O código de conduta calvinista

Quis o puritano e fanático Calvino que seus discípulos tivessem o mesmo comportamento que nele era espontâneo e natural. Impôs para isso um draconiano código de conduta que suprimia toda e qualquer forma de lazer. O fiel devia pautar a sua vida tendo como foco unicamente o trabalho e a religião.

Dessa forma, foram proibidos os teatros, as diversões, as festas populares, qualquer espécie de jogo, a música, a dança e até mesmo o patinar no gelo. Eram igualmente proibidas as festas em família nas quais se reuniam mais de vinte membros; as festas de Páscoa e do Natal e dias dos santos.

O Deus de Calvino não devia ser festejado ou amado, apenas temido. Só era permitido ao fiel trabalhar, além de ser obrigado a comparecer à igreja duas vezes aos domingos e três vezes durante a semana. Quem não cumpria essa determinação era severamente punido (ZWEIG, 1956).

Após elaborar um catecismo com os preceitos e dogmas da nova religião, Calvino ordena que os fiéis fossem conduzidos, em turmas de dez, para na igreja prestarem juramento solene a cada parágrafo do novo cânone. Qualquer desobediência era punida com a excomunhão e o exílio. O seu novo código punia a fornicação com o exílio ou com o afogamento; o adultério, a blasfêmia e a idolatria, com a morte (DURANT, 2002).

1.1.2. A polícia religiosa de Calvino

Toda ditadura é insustentável sem um aparelho repressor. Calvino cria a polícia religiosa para vigiar e punir os fiéis que ousassem colocar qualquer objeção ou desrespeitassem as inflexíveis leis e doutrinas impostas por ele.

Os olhos perscrutadores da polícia estão em todos os lugares. Alcançam as vielas, as matas, as igrejas, o interior das casas. Tudo é escarafunchado, nada escapa à determinação de se encontrar culpados. Culpados de sorrir, de brincar, de dançar, de guardar imagens de santos, de não ir ao culto, de divergir na interpretação das Escrituras, de cantar. Os semblantes, o gestual, os hábitos, a respiração, tudo está sob estreita vigilância.

A qualquer hora do dia ou da noite podia aparecer a polícia religiosa para visitar o lar de quem quer que fosse. Durante horas os moradores eram minuciosamente investigados para verificar se sabiam de cor as orações ou justificar eventual falta a uma das prédicas de Calvino.

Os vestidos das mulheres eram examinados para ver se estavam de acordo com a decência preconizada pelo mestre, o mesmo ocorrendo com os cabelos e com os anéis. A cozinha era vistoriada para saber se o regime alimentar permitido não fora transgredido. Remexiam as estantes em busca de livros proibidos e as gavetas em busca de imagens de santos. Os servos eram interrogados com relação aos seus patrões e as crianças sobre os seus pais.

Aos domingos, os policiais batiam de porta em porta a fim de verificar se algum preguiçoso deixou de ir ouvir a pregação de Calvino. Nas igrejas, espiões observavam aqueles que saíam antes da hora.

A vigilância não respeitava nem mesmo a intimidade das cartas. Todas as correspondências que saíam ou chegavam a Genebra eram violadas pelos atentos e profissionais esquadrinhadores.

Tamanho controle resultou em inúmeras e injustas condenações para os mais banais atos do cotidiano. Houve quem foi conduzido à prisão por ter sorrido durante um batismo; outro por ter dormido durante o culto ou por ter jogado bola, dados ou bebido uma taça de vinho. Certo homem, que ousou discordar da doutrina da predestinação defendida pelo mestre, foi açoitado em praça pública e depois exilado.

O procedimento de Calvino está perfeitamente ancorado nos princípios bíblicos, uma vez que, segundo ele, “Deus é impassível e vingativo” (LUZ, 2011), fato que justificaria qualquer violência praticada em seu nome.

1.1.3. O caso Gruet

Jacques Gruet, assim como aconteceria com Miguel Servet alguns anos mais tarde, foi um opositor de Calvino que infelizmente conheceu os efeitos da cruel insanidade do reformador protestante.

Em junho de 1547, Calvino encontrou em seu púlpito um cartaz com os seguintes dizeres:

Seu grande hipócrita! Você e seus companheiros pouco lucrarão com suas dores. Se não se salvarem, fugindo, ninguém irá impedir sua queda, e vocês amaldiçoarão a hora em que deixaram o mosteiro [...] Depois de sofrer durante muito tempo, o povo se vinga [...] (DURANT, 2002, p. 400).

Sob as ordens do insano Calvino, Gruet foi preso como suspeito de ser o autor do cartaz. Como não havia provas, torturaram-no, durante 30 dias, duas vezes ao dia até que confessou o suposto crime, após o que foi amarrado a um poste, seus pés pregados com pregos e sua cabeça decepada. Tudo de acordo com o estilo tolerante de ser do paladino da moral e dos bons costumes.

1.1.4. O caso Servet

Miguel Servet (1511-1553) foi um teólogo espanhol que se refugiou em Toulouse por causa da Inquisição. Adepto da Reforma Protestante, achava, contudo, que os

reformadores eram tímidos em demasia na tarefa de purificação do Evangelho. Não via sentido no dogma da Santíssima Trindade nem no batismo de crianças, por não saberem o significado do rito a que eram submetidas.

Põe-se a defender seu ponto de vista de forma frenética, fanática até. Procura os eruditos em Estrasburgo e Basileia, buscando convencê-los a abolir da igreja evangélica o falso dogma da Trindade. Não foi bem recebido e passa a ser chamado de judeu, turco, sacrílego e possesso do demônio.

O ingênuo Servet procura consolo com ninguém menos do que Calvino, justamente o mais radical e talvez o mais violento de todos os reformadores. Após receber uma correspondência de Servet, na qual ele defende as suas teses, Calvino escreve ao seu amigo Farel dizendo que, se Servet fosse a Genebra, não permitiria que dali saísse com vida.

Pois bem, quis o destino que Servet chegasse a Genebra. Foi visto e reconhecido por Calvino durante a sua pregação dominical. Imediatamente o mestre ordenou que Servet fosse preso após o culto. O pobre homem foi mantido preso com as mãos e pés acorrentados, em um cárcere úmido e gélido, como costumavam ser as prisões construídas durante o período medieval. Com o passar dos dias suas vestes apodrecem em contato com os seus próprios dejetos.

Calvino conduz pessoalmente os trabalhos do tribunal encarregado de julgar e condenar o “perigoso herege”, orientando o processo no sentido de se obter a condenação máxima. Como a voz do tirano é a própria lei, em 27 de outubro de 1553, às 11 horas da manhã, retiram o prisioneiro do cárcere para que tenha conhecimento da sentença:

Nós te condenamos, Miguel Servet, a seres agrilhado, conduzido à Praça de Champel e queimado vivo e contigo tanto o manuscrito de teu livro como o livro impresso, até que seu corpo esteja reduzido a cinzas; assim tens que terminar teus dias, a fim de dares um exemplo de advertência a todos os outros que queiram cometer tal crime (ZWEIG, 1956, p. 107).

Ouvida a sentença, Servet põe-se de joelhos e implora para que sua execução seja feita pela espada e não pelo fogo. Não tem o seu pedido atendido e a execução dá-se como se segue:

[...] uma procissão de magistrados e clérigos levou o homem ao campo de Champel, em Genebra, acorrentado e aturdido por golpes no rosto. De vez em quando gritava de indignação. O carrasco amarrou-lhe a cabeça com uma corda que passou várias vezes pelo pescoço. [...] a roupa, suja e rasgada pelos empurrões, estava bastante danificada na zona do abdome. Nos pés, alguém depositou um exemplar de seu livro *Christianismi restituito*, repudiado por cristãos e reformistas. [...] Duas horas mais tarde, as cinzas e os pedaços carbonizados foram jogados num lago próximo (BÁEZ, 2006, p. 149-50).

Calvino vale-se da execução de Servet para amedrontar e controlar o seu povo. Para que não fique nenhuma dúvida com relação ao que está destinado àquele que

ousar discordar de suas leis, faz a seguinte declaração:

Todo aquele que sustentar ser injustiça punir os hereges e blasfemadores torna-se cúmplice do crime deles [...] Não é questão aqui da autoridade do homem; é Deus quem fala, e é claro que Ele quis que aquela lei subsistisse na Igreja até o fim do mundo. Por que razão Ele exige de nós uma severidade tão excessiva, senão para mostrar-nos que não lhe tributamos a devida honra, enquanto não colocarmos o Seu culto acima de toda a consideração humana, e que não devemos poupar parentes nem sangue de quem quer que seja, renunciando a toda benevolência quando se trata de combater pela Sua glória (DURANT, 2002, p. 405).

Declara, também, que quando fazemos calar uma opinião contrária, não estamos exercendo uma coação, mas apenas agindo com equidade e servindo a uma ideia mais elevada, a honra de Deus.

Os seguidores de Calvino não tiveram escrúpulos em absorver o seu raivoso discurso. Teodoro de Beze, um dos seus sucessores, defende com fidelidade canina e o ardor próprio dos fanáticos as atrocidades cometidas pelo mestre: “A liberdade da consciência é uma doutrina diabólica. É preferível exterminar a fogo e a espada os homens a tolerar a presunção da liberdade de pensamento” (ZWEIG, 1953).

1.2. A atuação de Lutero

Ao contrário de Calvino, Martinho Lutero (1483-1546), sacerdote católico que se tornou figura central da Reforma Protestante, se permitia alguns prazeres: era tomador habitual de cerveja, gargalhava com os amigos e apreciava música. Certa vez chegou a dizer a um amigo: “se a esposa não quer, use a criada” (ZWEIG, 1953). As diferenças de caráter param por aí. Lutero era igualmente fanático e violento como demonstra um dos seus axiomas: “Não creio que a causa possa triunfar, sem tumulto, sem escândalo, sem rebelião. Nunca farás da espada uma pena, da guerra a paz. A palavra de Deus é luta, cólera, destruição e veneno” (*ibidem*, p. 186).

Em certa ocasião reconheceu ser mais violento do que convinha e, em razão disso, recomendava aos seus inimigos que não aticassem o cão. Noutra disse ter nascido para a guerra e para lutar com as facções e com os diabos, razão pela qual seus livros eram tempestuosos e belicosos (DURANT, 2002).

Antissemita convicto, muito admirado por Hitler, tinha o seguinte entendimento sobre os judeus: “Ninguém os quer [...] são tão duros como a madeira, a pedra, o ferro, como o próprio diabo. Em suma, são filhos do demônio, condenados às chamas do inferno” (JORGE, 2008, p. 183).

Em suas prédicas preconizava várias medidas contra os israelitas, tais como: confisco de bens, expulsão da comunidade, condenação a trabalhos forçados e queima de escolas judaicas e sinagogas (*ibidem*, p. 183). Tudo muito parecido com as práticas inquisitoriais e com as medidas que viriam a ser tomadas, quatrocentos anos depois, por Adolf Hitler.

Reformador que antecedeu e serviu de inspiração a Calvino, além de se posici-

onar contra o uso das indulgências e das simonias praticadas pelo catolicismo, defendia o emprego da violência como forma de se preservar a estrutura social vigente, recorrendo a preceitos bíblicos para justificar a perpetuação das injustiças.

No período em que ocorria a Reforma Protestante na Alemanha, os camponeses aderiram às teses de Lutero e, aprofundando a reforma, passaram a defender também uma reforma social, combatendo a concentração fundiária, a servidão, e os maus tratos praticados pelo clero católico e pela nobreza alemã.

Muitos pregadores passaram a defender a necessidade de o camponês se libertar da opressão que recaía sobre ele. Thomas Münzer, líder desses pregadores, comandou os camponeses na tomada da cidade de Mulhausen, estabelecendo um “Conselho Eterno” que pretendia governar no lugar dos nobres. Münzer escreveu uma carta pedindo apoio a Lutero e recebeu dele a seguinte resposta:

[...] Abraão e outros patriarcas não tinham escravos? [...] Portanto, vosso terceiro artigo é inoperante diante do Evangelho. Este artigo deveria tornar todos os homens iguais, e isto é impossível. Pois um reino terreno não pode sobreviver se não houver nele uma desigualdade de pessoas, de modo que algumas sejam livres, outras presas, algumas soberanas outras súditas (SEFFNER, *Op. cit.*, p. 46).

Os camponeses não atenderam a orientação de Lutero e continuaram com a revolta que distribuía terras e alimentos aos insurgentes. Lutero escreve um manifesto condenando a rebelião de forma ainda mais veemente:

Qualquer homem contra o qual se possa provar sedição está fora da lei de Deus e do Império, de modo que o primeiro que puder matá-lo está agindo acertadamente e bem. [...] Portanto, que todo aquele que puder, elimine, mate e apunhale, secreta ou abertamente, um rebelde (*ibidem*, p. 48).

Não havendo consenso, Münzer e cerca de dez mil seguidores foram esmagados com a aquiescência de Lutero que não disfarçou a sua alegria, vangloriando-se abertamente de ter sido o responsável pelo massacre (ZWEIG, 1953), afinal de contas, “o asno precisa de pauladas; a plebe deve ser governada com a força” (*ibidem*, p. 184). Ainda, segundo ele, a guerra era um ofício de origem divina e tão necessária e proveitosa ao mundo quanto o alimento e a água, razão pela qual Deus deu aos governantes não um rabo de raposa, mas sim uma espada.

Apesar de discordar da infalibilidade papal, Lutero foi capaz de proferir as seguintes palavras que, além de revelar um caráter contraditório, apontam para uma suprema megalomania: “Não admito que minha doutrina possa ser julgada por quem quer que seja, nem mesmo pelos anjos. Aquele que não aceita minha doutrina não pode ser salvo” (DURANT, 2002, p. 353).

Calvino não deixou por menos e também deixou a sua valiosa contribuição para engrossar as fileiras da intolerância: “Igreja e Estado são ambos divinos, destinados por

Deus a trabalharem em harmonia como corpo e alma de uma sociedade cristã: cabe à Igreja regular todos os pormenores da fé, do culto e da moral; cabe ao Estado, como braço físico da Igreja, fazer obedecer a essas regras” (*ibidem*, p. 388).

2. Conclusão

Como se percebe, o cristianismo, em suas mais diferentes faces, quase sempre assumiu uma postura beligerante e totalitária, supressora da liberdade de pensamento que pudesse abalar minimamente que fosse a estrutura social vigente. Os reformadores protestantes bradaram pela liberdade de consciência e pela livre interpretação das Escrituras, sofrendo, em consequência disso, o mais duro cerceamento de suas ideias e as sevícias das mais cruéis. No entanto, ao alcançarem o poder, replicaram o mesmo proceder católico.

Quanto mais próxima do fanatismo religioso a pessoa estiver, mais ela se fecha em torno de suas crenças e mais intolerante e discriminatória ela se torna. Não é por acaso que as teocracias tendem ao totalitarismo. É preciso ter isso sempre em mente, se não quisermos ver a intolerância, seja de qual tipo for, lançar novamente o mundo às trevas.

Referências

- BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DURANT, Will. *A Reforma*. Tradução Mamede de Souza Freitas. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- JORGE, Fernando. *Lutero e a igreja do pecado*. 7 ed. Osasco: Novo Século, 2008.
- LUZ, Marcelo da. *Onde termina a religião?* Foz do Iguaçu: Editares, 2011.
- SEFFNER, Fernando. *Da Reforma à Contra-Reforma: o cristianismo em crise*. Coord. Marly Rodrigues e Maria Helena Simões Paes. 8 ed. São Paulo: Atual, 1993.
- ZWEIG, Stefan. *Os caminhos da verdade*. Rio de Janeiro: Delta, 1953.
- _____. *Uma consciência contra a violência*. Rio de Janeiro: Delta, 1956.